

PÁG 2

CP 131/2022: Abraceel entrega contribuições e reforça caminho livre para abertura de mercado

PÁG 5

Menos uma barreira: consumidor enquadrado como livre poderá fazer comunhão

PÁG 8

Mauricio Tolmasquim: Candidatura Lula pretende abrir o mercado de energia para todos

PÁG 11

Abraceel na Mídia

PÁG 13

Curtas

PÁG 19

E o Congresso?

PÁG 20

Abraceel nas Eleições

PÁG 21

Próxima Semana

Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!



## CP 131/2022: Abraceel entrega contribuições e reforça caminho livre para abertura de mercado

### Matéria em 1 minuto:

- Com novo estudo, Associação confirma ausência de restrições para abertura do mercado em alta tensão em janeiro de 2024;
- Grupo Técnico indica falta de clareza sobre atribuição de riscos ao agregador de carga, razão pela qual o tema foi retirado da minuta de portaria proposta pela Abraceel;
- Abraceel propõe ajustes no texto da minuta e frisa importância na continuidade do processo de abertura até a baixa tensão, para dar previsibilidade aos agentes.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

A Abraceel entregou ao Ministério de Minas e Energia no dia 24.08 suas contribuições para o prosseguimento do processo de abertura do mercado de energia no Brasil, tema tratado na Consulta Pública 131/2022 do MME. As propostas foram enviadas após amplo debate entre as associadas nas reuniões do Grupo Técnico – dois encontros, o último dia 23.08 - e a realização de cálculos inéditos para analisar o efeito da abertura nos níveis de contratação das distribuidoras.

A contribuição da Abraceel traz contextualização dos possíveis impactos da abertura do mercado de alta tensão, analisa o cenário para a continuidade da liberalização até a baixa tensão e explica temas considerados críticos para o direito de escolha, como custos referentes ao lastro legado ou lastro de qualidade.

### Em resumo, a contribuição da Abraceel ao MME destaca:

- Apoio integral à proposta de abertura da alta tensão;
- Segurança jurídica da proposta de Portaria;
- Alinhamento entre o teor da CP 131/2022 com o PLS 232/2016 e o PL 414/2021;
- Não ocorrência de sobrecontratação devida à abertura da alta tensão;
- Representação varejista apenas para consumidores que hoje não são elegíveis;
- Inclusão de consumidores do grupo AS subterrâneo.

A contribuição da Abraceel também listou outros pontos importantes para a continuidade do processo de abertura do mercado:

- Definição imediata de um cronograma para abertura da baixa tensão, em janeiro de 2026.
- Possíveis efeitos na CDE devido aos descontos na TUSD;
- Questionamentos sobre conceitos de lastro legado e lastro "de qualidade".

[Clique aqui](#) e acesse a versão completa da contribuição da Abraceel.



## Estudo atualizado traz números inéditos que reforçam possibilidade de liberalização completa



Ao estudar novamente a possibilidade de haver custos ao consumidor em caso de eventual sobrecontratação das distribuidoras, os números mostraram novamente que, mesmo com premissas bastante conservadoras, não há hipótese de haver sobras de contratos das distribuidoras na esteira da abertura da alta tensão em 2024. Ao contrário, há chances de ocorrerem “cenários de subcontratação a partir de 2025, na hipótese em que a abertura de mercado se restrinja aos consumidores de alta tensão”, o que é um fato novo no debate.

Ao propor que o MME defina já um cronograma para que os consumidores de energia em baixa tensão também tenham o direito de escolha, para eles em janeiro de 2026, assim dando previsibilidade para o mercado assimilar as mudanças, o novo estudo da Abraceel revelou que mesmo que a energia de Itaipu permaneça vendida no mercado cativo, o custo de eventual sobrecontratação não ultrapassaria R\$ 4/MWh. Com Itaipu vendendo livremente em todo o mercado, esse resultado cairia para R\$ 0,27/MWh no horizonte até 2035, “valor praticamente nulo”, ressaltou a Associação na contribuição.

Por fim, a Abraceel apontou que “existem condições objetivas para que em janeiro de 2026 toda a baixa tensão esteja liberada, respeitando inclusive a data limite de 42 meses estabelecida pelo PL 414/21”.

### Discussões no Grupo Técnico ajudaram a trazer definições

As reuniões realizadas no Grupo Técnico ajudaram a refinar a proposta entregue ao poder concedente. Sobre o agregador de carga, por exemplo, as associadas comentaram

em reunião realizada dia 23.08 que não está clara a atribuição de riscos do agregador de carga. Isso porque ele continua representando na CCEE o consumidor varejista que comprou de outro comercializador.

Os participantes do GT avaliaram que a ausência de definições poderia criar insegurança na continuidade do processo de abertura do mercado, bem como ser competência da Aneel detalhar mais o escopo do agregador de carga em regulamentação, proposta aderente ao PL 414. Nesse sentido, a Abraceel irá sugerir que se avance na regulamentação do agregador de carga, mas sem propor regras no texto da portaria em consulta pública.

As associadas também questionaram como ficaria a comunhão de cargas para consumidores com demanda inferior a 500kW que precisarem ser representados por Varejista. Alexandre Lopes explicou que a Lei 9.427/1996 que trata da comunhão não será alterada, ou seja, os consumidores abaixo de 500kW ainda terão a opção de migrarem “diretamente” via comunhão. Nesse aspecto, foi discutido que é preciso estudar mais a questão de que o consumidor que tem demanda para ser livre não pode fazer comunhão, que é uma limitação que está na regulamentação, não em Lei. Esse ponto, felizmente, foi tratado na NT Aneel 109/22 detalhada na matéria a seguir.

## Menos uma barreira: consumidor enquadrado como livre poderá fazer comunhão

### Matéria em 1 minuto:

- Em nota técnica, Aneel propõe abertura de consulta pública sobre as Regras de Comercialização para comecem a valer a partir de janeiro de 2023;
- Alteração é fruto de diálogo da Abraceel com a Aneel para eliminar essa restrição, dado que cada vez mais consumidores se enquadravam como livres devido ao cronograma estabelecido nas portarias do MME;
- Em outro caso, com base em pedido do governo paulista para Aneel, a burocracia pode vir a ser reduzida e permitir migração facilitada de órgãos públicos como consumidores especiais.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

Por meio da Nota Técnica 109/22 de 22.08 da SRM, a área técnica da Aneel propõe abertura de consulta pública sobre as Regras de Comercialização versão 2023, a serem operacionalizadas a partir de janeiro de 2023. A seguir destacamos as principais propostas.

### Consumidor enquadrado como livre poderá se reunir em comunhão

Com a publicação da Portaria MME 465/19, que diminui os limites de carga para contratação de energia elétrica por parte dos consumidores livres, desde janeiro deste ano o limite de demanda contratada é 1.000 kW, sendo que a partir de 2023, esse limite será de 500 kW.

A Lei 9.427/1996 estabelece que o consumidor especial é caracterizado por possuir demanda contratada igual ou superior a 500 kW, seja individualmente ou em comunhão de interesses de fato ou de direito, sendo-lhe permitido comprar energia apenas de fontes especiais.

Ocorre que a REN 1.009/2022, antiga REN 247/2006, estabeleceu restrição adicional, vedando ao consumidor especial, no âmbito da CCEE, a modelagem de unidade consumidora enquadrada como livre. Isso significava que um consumidor que tivesse demanda para ser livre “sozinho” não poderia estar em comunhão com outro consumidor.

A Abraceel, então, passou a dialogar com a Aneel com objetivo de eliminar essa restrição, dado que cada vez mais consumidores se enquadravam como livres devido ao cronograma das portarias. Porém, a Aneel estava analisando caso a caso os pedidos dos



consumidores que desejavam permanecer como especiais para realizar comunhão, “por entender que a Lei não impõe limite superior de demanda contratada para a caracterização do consumidor especial”.

Nesse sentido, uma das propostas apresentadas na Nota Técnica trata da exclusão desse dispositivo, o §3º do art. 167 da REN 1.009/2022, dessa forma permitindo que um consumidor, mesmo podendo ser enquadrado como livre, possa ser classificado como especial. Menos uma barreira para o mercado livre!

### **Precedente à vista? Governo de SP pede facilitação para migrar como consumidor especial**

O governo do Estado de São Paulo possui mais de 16.000 edifícios próprios da administração direta, distribuídos em 645 municípios do estado, com as mais variadas tipologias, que consomem o equivalente a 1,25 TWh/ano de energia elétrica, com dispêndio anual da ordem de R\$ 460 milhões.

No caso de migração como consumidores especiais, a comunhão é de direito, ou seja, como não se localizam em áreas contíguas precisariam possuir o mesmo CNPJ. Para o Estado de São Paulo, a migração para o mercado livre envolveria mais de mil unidades consumidoras, distribuídas por 18 secretarias, com 29 CNPJ raiz. Logo, o governo paulista fez pedido à Aneel para minimizar a burocracia e custos recorrentes envolvidos, uma vez que todos os CNPJ a serem cadastrados na CCEE referem-se a unidades consumidoras de titularidade do Estado.

A CCEE, a Procuradoria e a SRM/Aneel manifestaram-se favoravelmente ao pleito, de facilitar a migração de órgãos da administração pública direta, de forma que possam ser enquadrados como consumidores especiais mesmo com CNPJs distintos. A SRM propõe alterar a REN 1.009/2022 para explicar que a regra de comunhão poderá incluir o "conjunto de unidades consumidoras dos órgãos da administração pública direta representados pelo respectivo ente político".

### **Garantias financeiras do MVE: duas regras em vigor**

A REN 1.015/2022, estabelece obrigação de aporte de garantias financeiras no MVE. Contudo, tendo em vista a necessidade de implementação dos sistemas para operacionalização pela CCEE, a vigência da norma será iniciada no dia útil seguinte à data em que a CCEE publicar comunicado em seu site na internet informando que a implementação dos sistemas foi concluída.

Após a implementação das garantias financeiras para o MVE haverá um período de transição em que estarão vigentes contratos celebrados com e sem garantias financeiras.



ras. Nesse aspecto, como as regras aprovadas pela REN 1.015/2022 contemplam apenas os contratos celebrados após o início da vigência das garantias financeiras, é proposta a aprovação de novo módulo relativo ao MVE para o período transitório, sem nenhuma alteração conceitual em relação às regras aprovadas atualmente para contratos com e sem exigência de garantias.

A íntegra da NT Aneel 109 está disponível no site da Abraceel, seção “Biblioteca>Contribuições e Notas Técnicas”. A Consulta Pública sobre o tema deverá ser aberta em breve. A Abraceel informará às associadas e realizará reunião do Grupo Técnico para discutir o tema.





## Maurício Tolmasquim: Candidatura Lula pretende abrir o mercado de energia para todos

### Matéria em 1 minuto:

- Ex-presidente da EPE disse que há pretensão de “tomar as medidas necessárias para permitir a entrada do consumidor de menor porte no ambiente de contratação livre”;
- Sobre segurança de mercado, Tolmasquim disse que há dois caminhos: a separação entre lastro e energia, mais complexo, e os leilões de reserva de capacidade, mecanismo que precisa de ajustes.
- O especialista ainda apoiou revisão da política de subsídios, adoção do open energy e prioridade para melhorar modelos de formação de preços.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**



Em conversa com associadas da Abraceel, no programa “Abraceel nas Eleições” na segunda edição da Sexta Livre do dia 19.08, que está promovendo diálogos entre associadas e coordenadores de programa ou representantes dos candidatos à Presidência da República para a área de energia, Maurício Tolmasquim, representante da candidatura do presidenciável Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que todos os consumidores devem ter o direito de escolher o fornecedor de energia em um mercado completamente aberto. Ele disse que, caso o candidato seja eleito, há pretensão de abrir mais o mercado. O especialista, que já foi Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia e presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), também avaliou caminhos para reforçar a segurança do mercado e melhorar os modelos de formação de preços, bandeiras da Abraceel.





“Do ponto de vista conceitual, a gente deve dar a opção de escolha a todos os consumidores e a gente pretende abrir mais o mercado, tomar as medidas necessárias para permitir a entrada do consumidor de menor porte no ambiente de contratação livre”, disse Tolmasquim. [Clique aqui](#) para acessar o vídeo.

O ex-presidente da EPE explicou que, em linhas gerais, as diretrizes da candidatura para o setor de energia elétrica são zerar as emissões de carbono até 2030, garantir a segurança no abastecimento, promover mudanças legais e regulatórias para buscar modicidade tarifária, garantir a repartição justa do custo da segurança energética e o direito de escolha do fornecedor de energia. Além disso, outros nortes são melhorar a governança setorial, fortalecer o planejamento da operação eletro-energética e incentivar combustíveis renováveis.

### **Três questões para abrir o mercado**

Para a abertura do mercado, Tolmasquim explicou que é preciso endereçar algumas poucas medidas, como separar a atividade de gestão da rede de distribuição da de comercialização de energia, dar tratamento adequado aos custos relativos aos contratos legados e criar a figura do supridor de última instância, responsável pelo fornecimento caso uma empresa fique impedida de exercer as atividades por qualquer motivo ou quando os comercializadores não demonstrarem interesse pelos consumidores.

O presidente-executivo da Abraceel, Rodrigo Ferreira, que foi mediador do debate, contextualizou que Abraceel defende a abertura do mercado de forma equilibrada, com segurança jurídica e respeito aos contratos. Ele explicou ainda que há uma janela de oportunidades nos próximos anos, representada pela energia da Eletrobras que vai deixar de ser vendida no regime de cotas, a revisão do Tratado de Itaipu e o fim dos contratos de termelétricas a óleo. Isso pode reduzir a contratação das distribuidoras em um terço.

### **Caminhos para segurança de mercado e formação de preços**

Sobre segurança de mercado, o ex-presidente da EPE disse que há dois caminhos. Um deles é a separação entre lastro e energia, conceito considerado robusto, mas complexo e de execução mais difícil, com desafios para precificar os atributos de cada fonte. “Não temos histórico no Brasil desse tipo de precificação, pode funcionar, mas existe grande incerteza”, disse. “Não me oponho à separação de lastro e energia, mas vejo que é mais complexo.”

Outro caminho está nos leilões de reserva para contratação de capacidade. Ele defende que outras fontes possam participar dos certames, além das térmicas flexíveis, incluindo hidrelétricas reversíveis, baterias, turbinas em casas de força com espaço já existente, entre outras. “Tem de pensar o conjunto de fontes elétricas que poderiam participar desse requisito de segurança.”



O representante da candidatura Lula defendeu ainda a execução de um programa para massificar a instalação e uso de medidores inteligentes, permitindo soluções como resposta da demanda para amplo espectro de consumidores, bem como outras soluções de gerenciamento de energia, e mostrou-se favorável ao conceito de open energy, preservando a privacidade da informação.

Sobre formação de preços, Tolmasquim reconheceu que o Brasil sempre conviveu com problema no PLD e que “a crise de 2021 deixou claro mais uma vez a deficiência dos modelos”, que funcionam muitas vezes sem aderência à operação do setor elétrico, mesmo com todos os esforços já empregados. Ele afirmou que “não existe solução mágica”, mas que é uma prioridade encontrar uma resposta satisfatória.

Maurício Tolmasquim, por fim, defendeu a revisão da política de subsídios, considerando que alguns são legítimos, como o desconto tarifário para consumidores de baixa renda. Os desnecessários deveriam acabar, mesmo diante da dificuldade de fazer isso quando há forte interesse setorial por trás.

Sobre governança pública, disse que muitas das instituições no setor elétrico não estão atuando com independência e neutralidade necessárias por pressão do Poder Legislativo. Ele defendeu que é fundamental “restabelecer o protagonismo do Ministério de Minas e Energia na formulação da política energética” e “retomar a independência das agências reguladoras”.



# ABRACEEL NA MÍDIA

PODER 360

“opinião”

## Mercado livre de energia sem custos para a dona Maria

Experiência internacional mostra que é racional arcar com custo determinado no início para ter ganhos maiores durante um longo período



### MERCADO LIVRE DE ENERGIA SEM CUSTOS PARA A DONA MARIA

**I Poder 360**

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)

CanalEnergia.com.br / POLÍTICA / EXECUTIVO

POLÍTICA NEGÓCIOS E EMPRESAS OPERAÇÃO EXPANSÃO MERCADO POR SEGMENTO GERAÇÃO TRANSMISSÃO

POLÍTICA EXECUTIVO - 19 de agosto de 2022

## Abertura do mercado demanda lei com até 4 artigos, avalia Tolmasquim

Representante da candidatura de Lula (PT) foi o entrevistado da série Abraceel nas Eleições e defendeu a divisão dos custos da segurança com todos os consumidores além de criticar a atual governança do setor elétrico

MURILO GODOLDA, AGENCIA CANAL ENERGIA, DE SÃO PAULO (SP)

COMPARTILHE

A abertura do mercado de energia no Brasil pode ser simples, apenas uma lei com três ou quatro artigos.

### ABERTURA DO MERCADO DEMANDA LEI COM ATÉ 4 ARTIGOS, AVALIA TOLMASQUIM

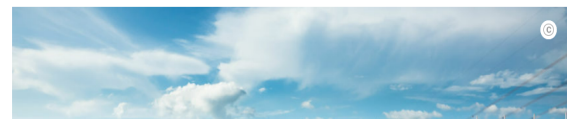
**I Canal Energia**

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)

PODER 360

## Abraceel pede energia de Itaipu no mercado livre

Proposta da associação será encaminhada aos presidentiáveis; tratado da companhia será revisado em 2023



### ABRACEEL PEDE ENERGIA DE ITAIPU NO MERCADO LIVRE

**I Poder 360**

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)

ENERGIAHOJE

Uma publicação da Editora Brasil Energia

Assine Agora

Home Geração T&D Mercado Opinião Planta Clippings Serviços Eventos Brasil Energia

Radar - Meu Financiamento Solar lança linha de crédito para condomínios

Home > Comercialização > Abraceel pede democratização do mercado livre aos candidatos às eleições

Comercialização

## Abraceel pede democratização do mercado livre aos candidatos às eleições

### ABRACEEL PEDE DEMOCRATIZAÇÃO DO MERCADO LIVRE AOS CANDIDATOS ÀS ELEIÇÕES

**I Energia Hoje**

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)





# ABRACEEL NA MÍDIA

CanalEnergia.com.br / MERCADO / MERCADO LIVRE

POLÍTICA NEGÓCIOS E EMPRESAS OPERAÇÃO EXPANSÃO MERCADO POR SECTOR GERAÇÃO TRANS

MERCADO MERCADO LIVRE 22 de agosto de 2022

## Abbraceel apresenta propostas a candidatos nas eleições

Entidade entrega documento com seus propostas a candidatos à Presidência da República, Senado, Câmara dos Deputados e Governador

DA AGÊNCIA CANALENERGIA

COMPARTILH

A Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abbraceel) apresentou suas propostas para o setor elétrico a candidatos nas eleições deste ano. A entidade entregou um documento com suas propostas

## ABRACEEL APRESENTA PROPOSTAS A CANDIDATOS NAS ELEIÇÕES

### I Canal Energia

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)

epbr

NEWSLETTER POLÍTICA ENERGÉTICA MERCADO DE GÁS TRANSIÇÃO ENERGÉTICA MERCADOS

## Subsídios e mercado livre na agenda eleitoral do setor elétrico

Associações propõem mudança nos leilões, mais eólica e solar na matriz, energia de Itaipu no ambiente livre e acelerar agenda regulatória do mercado de gás natural

epbr - 22 de agosto de 2022. Em Comece seu Dia, Eleições 2022, Política energética, Setor elétrico



## SUBSÍDIOS E MERCADO LIVRE NA AGENDA ELEITORAL DO SETOR ELÉTRICO

### I EPBR

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)





## CURTAS

### Coloque na agenda! Sexta Livre com candidatura Simone Tebet será no dia 02.09

Depois de realizar diálogos com representantes das candidaturas Lula-Alckmin e Ciro Gomes, a Abraceel promove a terceira edição da Sexta Livre do programa “Abraceel nas Eleições”, desta vez com a participação de Elena Landau e Jerson Kelman, coordenadores da candidatura de Simone Tebet (MDB). O encontro será no dia 02.09, às 10h, via Zoom. As informações de acesso foram enviadas por e-mail às empresas associadas. O objetivo é conhecer a visão da candidatura a respeito da abertura do mercado de energia elétrica, política de subsídios, presença do Estado, planejamento e outras questões setoriais relevantes. A participação das associadas é essencial para as transformações que a Abraceel tem defendido no setor elétrico.

### Pauta Aneel: Resposta da demanda e leilão de capacidade

Está na pauta da Reunião Ordinária da

Aneel do dia 30.08 o resultado da CP 80/2021, sobre o aprimoramento do programa de resposta da demanda. Também está na pauta a aprovação do edital do leilão de capacidade de 2022, após avaliação das contribuições apresentadas na CP 35/2022.

### Save the date: Tradener comemora 25 anos de fundação em 2023

A associada Tradener promoverá um evento para comemorar 25 anos de fundação e do mercado livre de energia no Brasil no dia 26 de agosto de 2023. **Salve essa data!**

### Abraceel participa de Ciclo de Digitalização do Energy Future

Ângela Oliveira, diretora de Relações Institucionais, representou a Abraceel na última reunião do Ciclo de Digitalização da Agenda Setorial Energy Future, realizada no dia 23.08, que discutiu, entre outros assuntos, as teses de investimento de cada corporação para a chamada do ciclo. O grupo é um movimento que agre-

ga algumas instituições com objetivo de elaborar propostas para aperfeiçoamento do setor elétrico, um hub digital para possibilitar geração de conhecimento e negócios no setor baseado em princípios como digitalização, conexão, colaboração e inovação. A iniciativa está realizando uma pesquisa de mercado para mapear as dores e tendências existentes no tema de digitalização e entender como as empresas de energia enxergam seus papéis no ecossistema de inovação, para responder clique [aqui](#).

## Associadas da Abraceel têm desconto em cursos de energia da Viex

A Viex está promovendo dois cursos para o setor elétrico elencados a seguir. As associadas da Abraceel têm 20% de desconto com o cupom “abraceel20” no ato da inscrição. Para mais informações, entre em contato pelo e-mail [info@viex-america.com](mailto:info@viex-america.com).



[Análise de Viabilidade Econômico-Financeira de Projetos de Energia](#), que ocorrerá nos dias 29, 30 e 31 de agosto, online, das 15h às 19h, e abordará os procedimentos para definir métricas e analisar a viabilidade econômico-financeira de projetos de geração e transmissão de

energia. Ministrado por Fernando Umbria, diretor da LPS Consultoria.



[Project Finance em Energia](#), que ocorrerá nos dias 20 e 21 de setembro, presencial, na ESPM Tech, em São Paulo, das 9h às 18h, com abordagem sobre project finance e modelagem financeira para empreendimentos de geração, energia renovável e geração distribuída. Ministrado por Julien Dias, sócio da Economizenergia.

## Sandboxes tarifários: chamada pública foca modernização tarifária para baixa tensão

No dia 23.08, a Aneel aprovou o lançamento da primeira chamada pública de sandboxes tarifários. As distribuidoras de energia poderão testar tecnologias em grupos selecionados de consumidores de energia em baixa tensão, como novas modalidades tarifárias, tarifas customizadas, uso de medidores inteligentes e pré-pagamento de energia. O aperfeiçoamento e a implementação dessas tecnologias poderão facilitar a migração dos consumidores da baixa tensão para o mercado livre. A Aneel receberá propostas de sandbox tarifário em até 120 dias após o lançamento do edital.

## Nova governança da CCEE: Abraceel pede mais voz para o mercado

A Abraceel enviou, no dia 24.08, contribuição à proposta de alteração na governança corporativa da CCEE. No texto, a associação reitera a importância de que as obrigações da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal tenham um maior detalhamento e que as indicações dos presidentes do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva sejam feitas pelos próprios agentes - a CCEE propôs que a indicação seja do governo. A Associação também pediu o detalhamento das novas competências do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva. A contribuição pode ser lida na íntegra no [link](#).

## Propostas da Abraceel miram fortalecimento do mercado livre de gás no MS

No dia 22.08, a Abraceel enviou contribuição à Consulta Pública 08/2022 da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul (AGEMS). No texto, a Associação defende o direito de o comercializador de gás exercer sua atividade no estado sem a necessidade de ser credenciado no ente regulador. Também pleiteou a redução da burocracia envolvida na atividade de comercialização, propondo a não necessidade de credenciamento do contrato de venda na AGEMS. Além disso, a Abraceel também sugeriu que não seja dado um período mínimo para contratar o serviço de distri-

buição de gás, uma vez que essas questões devem ser acordadas bilateralmente entre fornecedor e comprador. A íntegra da contribuição pode ser lida no [link](#).

## ONS, CCEE e EPE estimam crescimento da carga

No dia 05.08, ONS, CCEE e EPE apresentaram a 2ª Revisão Quadrimestral da Carga para o Planejamento Anual da Operação Energética (PLAN) 2022-2026. Há previsão de crescimento da carga no referido período em 3,4%, superior à expectativa de aumento de 3,1% apresentada na 1ª Revisão, conforme imagem abaixo. A apresentação está disponível no [site da Abraceel](#).

Comparação das previsões em 2022 do SIN  
Projeção da carga de energia (MWmédio)

Sistema Interligado Nacional	2022	2023	2024	2025	2026
PLAN 2022-2026 [A]	71.373	73.948	76.355	78.880	81.604
1ª Rev. Quadrim. PLAN 2022-2026 [B]	70.739	73.440	75.792	78.272	80.818
2ª Rev. Quadrim. PLAN 2022-2026 [C] *	70.948	73.154	75.604	78.412	81.032
[C] - [A] MWmed	-425	-794	-751	-468	-572
[C] / [A] %	-0,6%	-1,1%	-1,0%	-0,6%	-0,7%
[C] - [B] MWmed	209	-286	-189	141	214
[C] / [B] %	0,3%	-0,4%	-0,2%	0,2%	0,3%

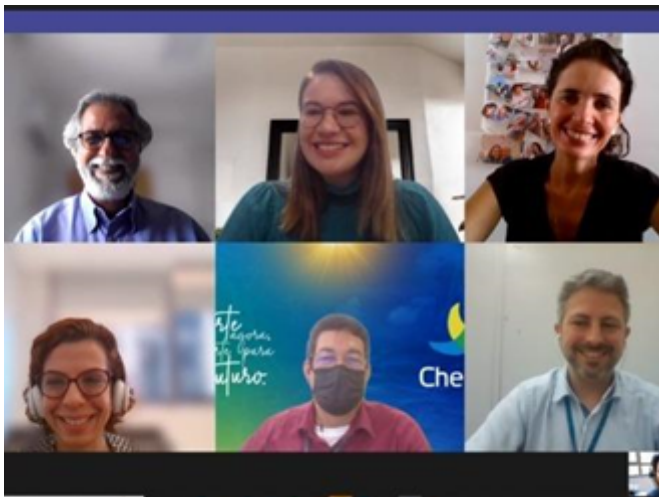
## Exportação de energia: nota técnica do MME em linha com pleito da Abraceel

O Ministério de Minas e Energia publicou no dia 18.08 nota técnica com a análise das contribuições à CP 96/2020 do MME, que trata da exportação de energia elétrica proveniente de vertimento turbinável de usinas hidrelétricas. No texto, o MME reforça que está intensificando os estudos para aperfeiçoar a integração energética regional, de modo que possa haver mais participantes envolvidos no processo, pleito da Abraceel. A nota técnica pode ser lida na íntegra no [link](#).

## 6º Fórum Brasileiro do Gás Natural será em novembro

A Associação Paulista das Cerâmicas de Revestimento (ASPACER) realizará a 6ª edição do Fórum Brasileiro do Gás Natural entre 28 e 30 de novembro. O evento acontecerá em modelo remoto, com transmissão simultânea. Mais informações serão divulgadas em breve.

## Abraceel discute abertura de mercado com Comitê RIG das empresas Eletrobras



A convite da Flávia Damázio, da assessoria parlamentar da Eletrobras, Ângela Oliveira representou a Abraceel em reunião do Comitê de Relações Institucionais e Governamentais (RIG) das empresas Eletrobras e apresentou a estrutura e bandeiras da associação bem como a situação do PL 414/2021, que dispõe sobre a portabilidade da conta de luz.ano, mas seguirão pressionados em 2023. Já Edvaldo Santana trouxe reflexões sobre o papel e o funcionamento das instituições e o seu reflexo nas decisões e nas políticas do setor elétrico, impactado por aumento de preços ao consumidor.

## Megawhat debateu efeitos da MMGD na formação de preço

No dia 23.08 a Megawhat fez um webinar para discutir a entrada da micro e mini-geração distribuídas na formação de preços a partir de 2023. Foi destacado que a geração solar representa mais de 98% de toda a potência instalada de MMGD. As simulações feitas pela Megawhat mostram que a tendência é de que haja uma redução do PLD com a inclusão da geração relativa à MMGD nos modelos, pois essa tende a ser superior ao incremento de carga dessa fonte. A apresentação feita no evento pode ser lida na íntegra no [link](#).

## Inscreva seu time de comunicação e marketing no nosso grupo!

Com uma série de iniciativas em fases de desenvolvimento e execução, incluindo eventos em novos formatos, projetos para dialogar com a sociedade, conteúdo audiovisual e relacionamento com formadores de opinião, a Abraceel decidiu retomar e reforçar o grupo formado pelos gestores que atuam nas áreas de comunicação, marketing e inteligência de mercado das empresas associadas. O objetivo é aperfeiçoar a forma de interação entre as pessoas que atuam nessas áreas e estabelecer um meio ágil para fornecer informações referentes às iniciativas de comunicação da Abraceel, com rapidez e precisão, para que as associadas saibam em primeira mão os passos da Associação e possam prepararem-se para reforçar o engajamento e a participação em



torno das bandeiras do mercado livre de energia. Os interessados devem enviar nome, empresa, e-mail e telefone para [abraceel@abraceel.com.br](mailto:abraceel@abraceel.com.br).

## Inscrição obrigatória no Planejamento Estratégico da Abraceel

Pedimos atenção ao e-mail enviado, no dia 24.08, com as informações necessárias para a inscrição no Planejamento Estratégico da Abraceel, que acontecerá nos dias 03 e 04 de novembro em Florianópolis, pois será obrigatório o envio de dados para confirmação de presença. Lembramos também que a reserva no hotel tem desconto para associado com o código “abraceel”. Contamos com a participação de todas as empresas no nosso planejamento, que está em novo formato, com painéis diferenciados, e reunirá as principais lideranças do segmento de comercialização no Brasil! Qualquer dúvida, entre em contato com a equipe da Abraceel pelo e-mail [abraceel@abraceel.com.br](mailto:abraceel@abraceel.com.br).

## Cpamp aprova cronograma para os próximos ciclos

No dia 24.08 a Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico aprovou o cronograma para os próximos ciclos de atividades. Além do cronograma de atividades e o andamento dos temas priorizados, também foi discutido o plano de recuperação dos reservatórios. Em consonância com os temas pleitea-

dos pela Abraceel, os temas a serem priorizados pela Cpamp no ciclo 2022-2023 serão fontes intermitentes e a primeira fase do Newave Híbrido. Já para o ciclo de 2022-2023-2024 serão priorizados a segunda fase do Newave Híbrido e UCH.

## CCEE explica efeito prático de novo padrão para certidões de adimplência

Conforme informado anteriormente, a CCEE alterou o padrão da Certidão de Adimplemento de todos os agentes da Câmara. Segundo o comunicado 537/22 publicado em 29 de julho, a medida é “parte dos esforços contínuos da CCEE para evolução constante dos processos, aperfeiçoamento da segurança do mercado e transparência das informações”.

As certidões passam a relacionar a existência de montantes com exigibilidade suspensa em razão de decisão judicial com a ressalva de que são valores sem atualização monetária no momento da emissão do documento. Consultado, o consultor jurídico da Abraceel, Julião Coelho, avaliou que a iniciativa da CCEE segue o padrão da Receita Federal, ou seja, a emissão de certidão positiva com efeito de negativa não enxergando, portanto, “elementos e nem argumentos para se contrapor”.

***O prazo para análise e emissão da Certidão de Adimplemento não foi alterado, permanecendo em 16 horas úteis (dois dias).***





## **Aprovada CP sobre edital da chamada pública para o Gasbol**

No dia 25.08 a ANP aprovou a realização de consulta pública para obter contribuições sobre o edital de chamada pública para a contratação de capacidade de transporte de gás natural no gasoduto Bolívia-Brasil. O edital visa identificar potenciais carregadores e a contratação de capacidade de transporte firme no gasoduto para o período de 2023 a 2027. A chamada pública será conduzida de maneira indireta pela Transportadora brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil.





**Esforço concentrado** – a próxima semana será a última de esforço concentrado dos parlamentares antes das eleições, embora ainda não estejam convocadas nos sites da Câmara e Senado. As votações serão remotas, já que os parlamentares estão envolvidos nos estados nas suas respectivas campanhas. Na pauta, devem constar medidas provisórias com prazo perto do vencimento e, no Senado, o presidente Rodrigo Pacheco anunciou que também será deliberado o projeto de lei que obriga os planos de saúde a cobrirem procedimentos fora da lista da ANS.





**Hoje começam as propagandas no rádio e televisão** – depois da semana que marcou a presença dos presidentiáveis no Jornal Nacional, está iniciada a propaganda eleitoral no rádio e tv. Lula lidera o tempo de TV, com um minuto a mais que Bolsonaro, que vem em seguida. Na divisão, Ciro ficou com o menor tempo disponível, 52 segundos. Veja [aqui!](#)

**Lula e o agronegócio** - O deputado Neri Geller (PP-MT) foi cassado pelo TSE nesta semana, ficando inelegível por oito anos. Geller era candidato ao Senado pelo Mato Grosso e era a estratégia de Lula para se aproximar do agronegócio, o que, supostamente, caiu por terra com a cassação.

**Morde e assopra** – Aparentemente passando por dias amenos, a relação entre o presidente Bolsonaro e o ministro do STF, Alexandre de Moraes, teve um novo episódio. Moraes autorizou operação contra grupo de empresários apoiadores do Presidente que teriam defendido golpe em caso de vitória eleitoral de Lula. Será que a camisa do Corinthians entregue recentemente será capaz de segurar a crise entre os dois?

**Debate no próximo domingo** – Band, Folha, UOL e TV Cultura promovem debate no próximo dia 28, às 21h. As coordenações das campanhas de Lula e Bolsonaro ainda não confirmaram a ida dos candidatos. O que se fala é que um está esperando o outro...

 **PRÓXIMA  
SEMANA**

**29.08 - Segunda-feira:** Reunião do Grupo Técnico da Abraceel para a consultoria EY apresentar a agenda de trabalho e temas para elaboração do estudo que proporá caminhos para alavancar a abertura completa do mercado de energia elétrica no Brasil, às 15h.

**01.09 - Quinta-feira:** Ângela Oliveira, diretora de Relações Institucionais, e Danyelle Bemfica, Assessora de Energia da Abraceel, farão palestra sobre o mercado livre de energia para estudantes do curso de Engenharia de Energia da Universidade de Brasília, às 16h.

**02.09 - Sexta-feira:** Abraceel realiza Sexta Livre com Elena Landau e Jerson Kelman, coordenadores de campanha da presidenciável Simone Tebet (MDB), às 10h. As informações de acesso foram enviadas por e-mail.